



# AEDOS

Revista do corpo discente  
do PPG-História da UFRGS

## **Configurações políticas, articulações e estratégias de imigrantes e descendentes diante das mudanças decorrentes do Estado Novo no Rio Grande do Sul (1937 – 1945)**

Rodrigo Luis dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** Pretende-se neste artigo apresentar e analisar como se desenvolveram as estratégias e articulações políticas de imigrantes alemães e seus descendentes durante o período do Estado Novo no Rio Grande do Sul. Para tanto, escolhemos como recorte espacial o município de Novo Hamburgo, abordando o processo de configuração política envolvendo grupos da elite local de confissão religiosa católica e evangélico-luterana.

**Palavras-chave:** Política; Estado Novo; Rio Grande do Sul.

**Abstract:** This article is intended to present and analyze how were developed strategies and political articulations of German immigrants and their descendants during the Estado Novo in Rio Grande do Sul. Therefore, we chose as the spatial area municipality of Novo Hamburgo, focusing on the process policy configuration involving the local elite groups of religious confession catholic and evangelical lutheran.

**Keywords:** Policy; Estado Novo; Rio Grande do Sul.

### **Introdução**

As relações políticas são notadamente marcadas por sua complexidade, por seus múltiplos meandros, por suas variadas alternativas e alternâncias, sua gama ampla de possibilidades e ações. Tendo em vista a concepção de autores como René Rémond (1996), esta política, mais ampla, se dá em um contexto complexo, envolvendo diferentes agentes sociais e diferentes estratégias para o arranjo e a implantação de ideias, ações e relações. Essas relações, por sua vez, não estão conectadas apenas com a política de pragmatismo e ensejo partidário ou de exercício de cargos. Elas passam por estes ambientes, mas tem significância e amplitude maiores. Em diferentes espaços e períodos cronológicos, as relações

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor no Curso de Graduação em Licenciatura em História do Instituto Superior de Educação Ivoti (ISEI). Contato: [rluis.historia@gmail.com](mailto:rluis.historia@gmail.com).

políticas são pautadas por configurações. Estas configurações trazem em seu bojo um leque diverso de estratégias e articulações. Por sua vez, estas estratégias e articulações não são restritas aos grandes nomes dos ambientes políticos, aos altos escalões, aos mandatários e detentores do poder governamental e institucional. Elas estão inseridas nos mais variados níveis e escalas sociais, difundindo-se e sendo utilizadas das mais diversas formas. Para Pierre Bourdieu (1989), a estruturação de relações acaba, por sua vez, constituindo uma relação de poder, mesmo que subjetivamente, onde é possível forçar mudanças, construir ou desconstruir objetivos, reivindicar espaços ou rejeitar oposições.

A partir desta perspectiva, o objetivo desse texto é trazer para a análise algumas estratégias e articulações realizadas por imigrantes alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul, no período estadonovista (1937-1945). Justificando a temática escolhida, se faz necessária uma breve explicação, que tem relação tanto com o discurso historiográfico até pouco tempo atrás preponderante sobre o assunto, como com o discurso ainda existente no senso comum. Até meados da década de 1990 e início dos anos 2000, grande parte da historiografia sobre esse período trazia uma abordagem que, na maioria das vezes, seguia dois caminhos: por um lado, apenas fazia exposição das realizações do Estado Novo, tanto em nível federal e estadual, sem profundidade analítica crítica ou, por outro, ao falar das ações de repressão e de cunho nacionalizante, apenas apresentava a população de origem imigrante como vítimas. Evidentemente, que por conta do poder coercitivo que detém as ações governamentais, tanto na tangente política como policial, foram incisivas. Mas neste contexto, queremos chamar a atenção para a abordagem que se faz dos imigrantes nos relatos, apenas propondo uma submissão passiva, sem o mínimo de tentativas de mobilização ou reação.

Em nível de ilustração, esse discurso pode ser encontrado em obras de escritores e historiadores, geralmente de origem alemã. Elencando estes autores, alguns com formação acadêmica, outros não, podemos citar Telmo Lauro Müller, Carlos Henrique Hunsche, Leopoldo Petry, Martin Dreher, Felipe Kuhn Braun, entre outros. Embora tenham escrito suas obras em um determinado contexto político e social (sobretudo no caso dos três primeiros autores citados), as pesquisas acadêmicas recentes apontam para determinados pontos que contrastam com seus relatos. E a questão das estratégias e articulações empreendidas por imigrantes alemães e seus descendentes durante o período do Estado Novo se tornou perceptível com os avanços das mesmas. A guisa de conclusão desta primeira parte, cabe destacar um elemento no mínimo, interessante: enquanto autores como Martin Dreher tiveram uma mudança em suas perspectivas, redimensionando sua trajetória de pesquisadores para um viés mais crítico, alguns jovens pesquisadores, como Felipe Kuhn Braun, reproduzem o

discurso laudatório de forma bastante forte, sem buscar estabelecer conexões ou complexificações aos fatos. Vejamos um exemplo:

no Brasil, sob o resinte Getúlio Vargas, a política mudou completamente. No Rio Grande do Sul, o senhor Coelho de Souza assumiu a Secretaria de educação e, na década de 1930 iniciara o movimento antigermânico de “brasilianização”. Coelho de Souza era um dos maiores propagandistas da nacionalização e um grande crítico de alemães e seus descendentes. Entrou em vigor a Lei de Nacionalização das escolas Privadas – que incluía a total proibição do idioma alemão, tanto em estabelecimentos de ensino, como em geral! (BRAUN, 2012, p. 121).

Sem a devida análise dos fatos, o discurso do autor pode ser interpretado por alguns como “verdade absoluta”, tendo em vista a forma como ele resume as ações governistas e modelo sua escrita. E este discurso, por sua vez, assume uma dimensão estratégica, direcionada para um público que, na maioria das vezes, não tem acesso aos trabalhos acadêmicos, por razões diversas. Ou que busca perpetuar esse discurso no senso comum, para continuar com a heroicização acerca história da imigração<sup>2</sup>.

Findada esta parte introdutória, vamos estabelecer uma linha condutora para melhor encaminharmos a análise das proposições aqui elencadas. Didaticamente, nosso recorte temporal será o município de Novo Hamburgo<sup>3</sup>, onde encontramos um profícuo laboratório de análise do que aqui iremos expor. Inicialmente, abordaremos um panorama geral das alterações, tanto estaduais como municipais, ocorridas durante o período de 1937 a 1945. Concomitante a isso, indicaremos como alemães e descendentes, vinculadas com uma elite empresarial local, se articularam e tentaram reações para com estas políticas estadonovistas.

### **Estado Novo: novas conjunturas e novas articulações**

---

<sup>2</sup> Os debates acerca da historiografia da imigração, não restrita apenas a alemã, mas de uma forma geral, assim como as perspectivas em torno das suas abordagens, tem sido bastante intensas, sobretudo a partir da metade da década de 1990. Se até esse momento, elas continham um cunho até mesmo superficial, sem uma busca por abordagens mais profundas e substanciosas, a partir desse período, uma série de trabalhos abriu espaço para novos panoramas. Tanto no período imperial como no período republicano, a análise das relações sociais e políticas, as relações interétnicas, os conflitos de terras, aspectos culturais e muitos outros elementos tem possibilitado uma complexificação sobre esse tema, rompendo com determinados discursos e modelos sedimentados até ali. Um trabalho que representou este “divisor de águas” na historiografia da imigração alemã foi a Tese de Doutorado de Marcos Justo Tramontini (1958-1994), defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) em 1997. Nela, as relações e a organização social dos imigrantes nos primeiros 26 anos da Colônia Imperial de São Leopoldo (1824-1850) são apresentadas e analisadas de uma forma crítica e inovadora para o momento. Tese posteriormente lançada em livro. Por isso, queira ver: TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

<sup>3</sup> O município de Novo Hamburgo está localizado no Vale do Rio dos Sinos, na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Em outubro de 1937, o então governador do Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha, é forçado a renunciar ao cargo. Flores da Cunha era considerado um forte oponente aos planos de Getúlio Vargas de se manter no poder do Brasil<sup>4</sup>. Para isso, Getúlio Vargas mudou o comando do Exército, nomeando o general Manuel de Cerqueira de Daltro Filho, além de colocar a Brigada Militar<sup>5</sup> sob controle federal. Com isso, Flores da Cunha não teve condições de manter-se no poder, não apenas por não contar com apoio bélico, mas também por já estar enfraquecido politicamente. Com a renúncia do governador em 19 de outubro de 1937, o general Daltro Filho é nomeado interventor federal no estado. Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas, com apoio de militares, instaura o Estado Novo no país. Isso imbrica em modificações nas estruturas políticas brasileiras, mas também em aspectos culturais e sociais, que aqui abordaremos posteriormente.

Daltro Filho organizou um novo governo estadual, colocando nas secretarias políticos que faziam oposição a Flores da Cunha, vinculados ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR)<sup>6</sup>, ao Partido Libertador (PL)<sup>7</sup> e dissidentes do Partido Republicano Liberal (PRL)<sup>8</sup>. Para a secretaria de Educação foi nomeado José Pereira Coelho de Souza<sup>9</sup>, ex-deputado estadual pelo Partido Libertador, entre 1934 e 1937.

---

<sup>4</sup> O historiador René Gertz informa que o distanciamento das relações entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha tiveram início logo após a Revolução Constitucionalista de 1932, quando as posições adotadas pelo interventor federal do Rio Grande do Sul geraram controvérsias. Entre 1934 e 1937, as tensões entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha se tornaram mais acentuadas, culminando com a articulação de um golpe que forçou a capitulação de Flores da Cunha do governo estadual e exílio no Uruguai. Ao retornar do exílio, em 1942, foi preso por nove meses na Ilha Grande, Rio de Janeiro, sendo libertado em 1943. Para maiores informações, veja: GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

<sup>5</sup> Denominação que designa a Polícia Militar do Rio Grande do Sul até os dias atuais.

<sup>6</sup> Fundado em 1882, o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) esteve durante mais de 40 anos frente ao governo do estado, tendo como principais governantes Júlio de Castilhos (1893-1898), Antônio Augusto Borges de Medeiros (1898-1908 e 1913-1928), Carlos Barbosa Gonçalves (1908-1913) e Getúlio Vargas (1928-1930). Durante o governo de Flores da Cunha (1930-1937), o partido teve momentos de proximidade, mas a partir de 1934 passou a se opor ao governador. Flores da Cunha fez parte do PRR, exercendo mandatos como deputado estadual, deputado federal, intendente (prefeito) de Uruguaiana e senador pelo Rio Grande do Sul.

<sup>7</sup> O Partido Libertador (PL) tem sua origem no Partido Federalista do Rio Grande do Sul e em dissidentes do Partido Republicano Rio-grandense. Fundado em 1928, teve como principais lideranças Joaquim Francisco de Assis Brasil e Raul Pilla. Teve existência e atuação política entre 1928 e 1937 e entre 1945 e 1965.

<sup>8</sup> O Partido Republicano Liberal (PRL) foi fundado por Flores da Cunha em 1932, extinto pelo Estado Novo em 1937. O PRL reunia setores políticos que se alinhavam com o Governo Vargas, trabalhando pela sustentação do mesmo no Rio Grande do Sul, além de dar base para o interventor federal Flores da Cunha. Esse apoio de base garantiu que Flores da Cunha fosse eleito por essa agremiação política governador em 1935. Em seus quadros estavam membros do antigo Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e dissidentes do Partido Libertador (PL). A fundação deste partido contou com o apoio de Oswaldo Aranha, então ministro da Fazenda e homem de confiança de Getúlio Vargas.

<sup>9</sup> José Pereira Coelho de Souza nasceu em Porto Alegre, em 1900, atuando como jornalista, advogado e professor. Foi filiado ao Partido Libertador, exercendo seu primeiro mandato como deputado estadual entre 1934 e 1937. Secretário Estadual de Educação entre 1937 e 1945, elegeu-se novamente deputado estadual em 1947. Deputado federal por três mandatos (1951-1955; 1955-1959; 1959-1963), também foi embaixador do Brasil em países da África Ocidental. Faleceu em 1982.

Coelho de Souza foi, no âmbito educacional e estratégico, um dos grandes articuladores das ideias de *nacionalização*. Baseadas nas determinações oriundas no Ministério da Educação, as estratégias nacionalizadoras aplicadas foram pautadas em três eixos: 1) incutir na educação escolar um caráter nacional, que enfatizasse os elementos pátrios, como a exaltação de personalidades brasileiras e de suas instituições, sendo que a propaganda e a valorização da figura de Getúlio Vargas foi um elemento presente nessa estratégia; 2) padronizar o currículo escolar, acrescentando disciplinas como Educação Moral e Cívica, além de exigir que os professores das disciplinas de História e Geografia fossem brasileiros natos e 3) controlar firmemente as minorias étnicas, colocando-as sob a vigilância ostensiva do Estado, pois isso era uma questão apontada como de “garantia da segurança nacional”. Para isso, também se empreenderam ações coercitivas e repressivas, por meio das autoridades militares. No Rio Grande do Sul, a figura do chefe de Polícia Aurélio da Silva Py se destaca neste aspecto. Em março de 1938, após o falecimento de Daltro Filho, é nomeado interventor federal o coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, que ocuparia o cargo até 1943. Além de manter o secretariado nomeado pelo seu antecessor, foi em sua gestão que as ações mais contundentes do Estado Novo foram estabelecidas.

Em 7 de abril de 1938, o interventor Cordeiro de Farias assina o decreto estadual nº 7.212, instituindo a nacionalização do ensino. Foi a primeira grande ação nacionalizadora determinada pelo governo do Rio Grande do Sul. Em publicação com a data de 8 de abril de 1938, o jornal *Correio do Povo* transcreve algumas palavras de Cordeiro de Farias acerca dos objetivos desta lei:

atende o decreto, que vem a ser hoje assignado, a dois aspectos grandemente significativos: um, de importância geral, educativo, ferindo de fundo o problema de nacionalização do ensino, num sentido firme e firme de brasilidade. O outro, mais nosso, que concilia os interesses e o grande trabalho educacional já existente na região colonial do Rio Grande do Sul, que é a falta de professores e, mesmo, de organização do ensino no Estado, permitindo o seu desenvolvimento, sem uma orientação uniforme. Não tem, portanto, o decreto, uma finalidade destruidora da obra já existente, nos núcleos de origem imigratoria, mas sim o de ser aproveitado o eficiente trabalho já feito num sentido legítimo de brasilidade (*Correio do Povo*, Porto Alegre, Ano XLIV, 08/04/1938, nº 82, p. 14).<sup>10</sup>

Além das mudanças nos cargos governamentais e administrativos em nível estadual, em alguns municípios também ocorreram mudanças nas administrações, com a exoneração de prefeitos. Existem motivos diversos que ocasionaram estas mudanças. Dois motivos podem ser citados: o fato de estes prefeitos serem apoiadores de Flores da Cunha ou pelo fato de algumas cidades terem questões étnicas bastante fortes. Em Novo Hamburgo vemos que estas

---

<sup>10</sup> As citações de jornais que aqui utilizaremos serão mantidas em sua escrita original.

duas alternativas se imbricam. Porém, cabe destacar, que em outras cidades, os prefeitos tiveram manutenção no cargo. Exemplo disso é São Leopoldo<sup>11</sup>, cidade vizinha de Novo Hamburgo, onde o prefeito, coronel Theodomiro Porto da Fonseca, no exercício do cargo desde 1928, se manteve no poder, permanecendo até 1944.

Em Novo Hamburgo, após Getúlio Vargas assumir o governo brasileiro em 3 de novembro, o então intendente, Leopoldo Petry é deposto do cargo. São nomeados para a prefeitura municipal o coronel José Gomes Ferreira (1930-1934) e o capitão Alencastro Braga de Menezes (1934-1935), que possuíam relações com Flores da Cunha. Em 1935, é eleito prefeito o empresário Ângelo Benito Provenzano, integrante do Partido Republicano Libertador e próximo do governador do estado. Com o afastamento de Flores da Cunha, Ângelo Provenzano também é capitulado do cargo. Um dos motivos era justamente a proximidade com o ex-governador. Porém os motivos de ordem étnica também eram consideráveis. Era necessário colocar a frente do executivo municipal alguém que se adequasse e cooperasse com as novas diretrizes políticas do país.

Ao longo da década de 1930, grupos vinculados com a Ação Integralista Brasileira (AIB) e com o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) ou Partido Nazista<sup>12</sup>. Por conta disso, a nomeação de prefeitos que tivessem confiança por parte das autoridades estaduais e até mesmo nacionais, era um ponto salutar. Para assumir a prefeitura de Novo Hamburgo é escolhido o paraibano Odon Cavalcanti Cordeiro Monteiro, residente já há muitos anos no Rio Grande do Sul. Amigo de Getúlio Vargas, fora intendente de São Francisco de Paula (na região serrana do estado) e diretor do Porto de Rio Grande. Administrou Novo Hamburgo entre dezembro de 1937 e setembro de 1942.

Além das configurações que se ordenaram ao longo da década de 1930, também existiam aspectos políticos, religiosos, econômicos e sociais que tinham uma origem anterior. Estes aspectos dinamizavam as interações entre dois grupos: um, formado por lideranças católicas e outro, formado por lideranças evangélico-luteranas, vinculadas ao Sínodo Rio-grandense<sup>13</sup>. Essa formação de grupos e a interação entre estes e os agentes políticos externos definirão ações e estratégias adotadas durante o Estado Novo.

---

<sup>11</sup> Novo Hamburgo foi 2º Distrito de São Leopoldo, se emancipando em 05 de abril de 1927.

<sup>12</sup> Cabe aqui ressaltar que o fato de ser associado ao Partido nazista não configura uma aceitação das práticas implementadas por Hitler, seus ministros e comandantes militares. Tanto que, após a divulgação de certas práticas adotadas pelo nazismo, muitos partidários de afastaram do partido. Para maiores informações, veja: GERTZ, René E. *O Fascismo no Sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

<sup>13</sup> Faz-se essa distinção, pois existem duas correntes luteranas no período, e que dariam origem a duas Igrejas hoje existentes: o Sínodo Rio-Grandense, com ligação mais direta com a Igreja Evangélico-Luterana Alemã, daria origem à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), em 1949, a partir da fusão com

Dentro da orientação do Estado Novo, Odon Cavalcanti se preocupou em organizar a questão dos operários (outro ponto importante de arregimentação e propagação das ideias de nação e pátria) e de promover o civismo entre a população, com o apoio direto do núcleo local da Liga de Defesa Nacional<sup>14</sup>. Nesse sentido, a organização e realização de festividades cívicas se tornaram uma das marcas de sua gestão, como a Semana da Pátria, cujo desfile era organizado para ser uma demonstração de orgulho pelo Brasil. Além disso, iniciou a construção do Hospital Operário Darcy Vargas (em homenagem à esposa de Getúlio Vargas, hoje Hospital Municipal de Novo Hamburgo), de um posto de saúde, além da criação de escolas públicas, como o Grupo Escolar Dom Pedro II (atual Colégio Estadual 25 de Julho). Mas a missão deste prefeito era transformar Novo Hamburgo em uma cidade contextualizada dentro de uma perspectiva de brasilidade, desvinculando-a da ainda presente carga étnica alemã, tomando as medidas que fossem cabíveis e necessárias para isso, colocando essa missão em prática por meio das atividades cívicas e das iniciativas nas áreas de saúde, educação e trabalho. O discurso de posse de Odon Cavalcanti, reproduzido no jornal *Correio do Povo*, fornece uma base para se entender a plataforma de sua administração:

assim, o município de Novo Hamburgo muito merece dos poderes públicos, pois que, a União e o Estado aqui arrecadam annualmente entre quatro e cinco mil contos de réis, ao passo que, a Prefeitura apenas a oitava parte desse valor. Digo-vos, emfim, srs. Comerciantes e Industrialistas de Novo Hamburgo, e a população em geral desse pomo de ouro do Rio Grande, que é esta Communa, onde por anno são produzidos setenta mil contos de réis e cada kilometro quadrado mil contos, e cada habitante produz seis a sete contos de réis – que, si estiverdes unidos em torno de vosso edil, apoiando-o, criticando-o e suggerindo-lhe medidas opportunas; sobretudo, si apoiardes decididamente o Novo Regimen findado por Getulio Vargas para grandeza do Brasil, o que o fez grande como José Bonifacio: então, aqui também florescerá a vida nova de iniciativas, de paz, de labor e moralidade, que são as directrizes com que nosso actual governo está felicitando a laboriosa população rio-grandense, já cansada de luctas políticas e competições estéreis. Tenhamos fé no mais brasileiro de todos os governos do Brasil, desde a sua independencia (Correio do Povo, Porto Alegre, Ano XLIV, 08/01/1938, nº 06, p. 12).

Todavia, em nível local, existem configurações que precisam ser mencionadas. Odon Cavalcanti é casado com a sobrinha de Jacob Kroeff Neto<sup>15</sup>, importante liderança do grupo

---

sínodos de outros estados, oficializada em 1968; e o Sínodo de Missouri, originado de imigrantes alemães dos Estados Unidos, que chegariam ao Rio Grande do Sul em 1900, dando origem à Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), independente do Sínodo de Missouri desde 1980.

<sup>14</sup> A Liga de Defesa Nacional (LDN) foi fundada em 1916, no Rio de Janeiro, por intelectuais como Olavo Bilac e Miguel Calmon. Pregava, entre outras coisas, o civismo, o nacionalismo e a defesa da pátria. Foi um importante instrumento durante a campanha de nacionalização implementada durante o Estado Novo, com núcleos estaduais e locais. Existe na atualidade, tendo como uma de suas atribuições a organização das Corridas Cívicas do Fogo Simbólico, durante as festividades da Semana da Pátria.

<sup>15</sup> A esposa de Odon Cavalcanti, Ilse Kroeff, era filha de Antonio Roberto Kroeff, irmão de Jacob Neto. Além disso, também existe uma relação com a família Adams, pois o pai de Oscar Frederico Adams, Pedro Adams Filho, se casou em segundas núpcias com Olga Maria Kroeff, irmã de Jacob Kroeff Neto. Deste modo, Odon Cavalcanti e Oscar Frederico Adams podem ser considerados como *sobrinhos* de Jacob Kroeff Neto.

católico. Foi deputado estadual por várias legislaturas e o primeiro intendente de Novo Hamburgo, em 1927. Ao lado de Pedro Adams Filho e Leopoldo Petry, foi um dos líderes emancipacionistas. Em 1938, Jacob Kroeff Neto já não possuía o mesmo poder político e Pedro Adams Filho falecera. Porém Leopoldo Petry ainda exercia uma importante liderança, juntamente com outros empresários católicos, como Oscar Frederico Adams (filho de Pedro Adams Filho), Adolfo Jaeger e José João Martins. A relação de Odon Cavalcanti com as lideranças católicas permitiu que este grupo obtivesse vantagens em relação ao grupo evangélico-luterano. Porém isso não significa que entre o prefeito e este grupo não se estabelecessem conexões. Para compreendermos melhor como se desenvolvera esta relação, analisemos casos ocorridos em maio de 1938.

A partir da publicação do decreto estadual de nacionalização de ensino, em 7 de abril de 1938, Coelho de Souza adota uma tática para verificar se as medidas estadonovistas estavam realmente sendo implantadas: visitar de surpresa as escolas, sobretudo nas regiões coloniais. É possível perceber que o discurso por parte das autoridades acaba tendo versões diferentes durante sua aplicação, pois medidas rigorosas, como a ameaça e o fechamento de escolas, se tornam uma prática comum. Com o decreto nº. 7.247, de 23 de abril do mesmo ano, que versava sobre os registros das escolas particulares, complementando a lei anterior, se torna mais aguda a fiscalização governamental, inclusive com apoio de força policial.

Em 4 de maio de 1938, Coelho de Souza, juntamente com Ney Brito, um dos chefes da Liga de Defesa Nacional no Rio Grande do Sul e diretor da Instrução Pública estadual, e um oficial militar, realizam visita surpresa à Fundação Evangélica, principal educandário feminino evangélico-luterano, localizado no bairro de Hamburgo Velho, em Novo Hamburgo.

Na época em que a visita ocorrera, estava na direção da escola Ilse Stallbaum (substituindo a diretora Martha Schreiber, que estava em tratamento médico em Berlim), alemã, que não falava fluentemente a Língua Portuguesa. Não se sabe se a origem da visita foi por conta de denúncias, oriundas de dentro da própria escola ou das escolas concorrentes. Mas a visita de Coelho de Souza abala as estruturas da instituição, diante da má impressão que o secretário leva da escola e das declarações negativas efetivadas posteriormente por ele.

As visitas surpresas realizadas por Coelho de Souza eram comuns. Assim como eram comuns as publicações do secretário de Educação nos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, expondo suas impressões e opiniões acerca das escolas visitadas. Sobre a visita realizada à Fundação Evangélica, Coelho de Souza resume o cenário que encontrou da seguinte forma, conforme publicado na edição do *Correio do Povo* de 6 de maio de 1938:



Não se escandalize o publico por ouvir falar em escolas mormaes, além da existente nesta capital; mas a dolorosa verdade é que possimos no Estado outras escolas normaes, além da official, e mantidas, ao que parece, por governos estrangeiros. De todas essas visitas [...], trouxe a impressão de que falta muito para abrigar-se os brasileiros, que são todos os que nasceram neste paiz, quer queiram ou não os governos estrangeiros. De chegada a Hamburgo velho, visitei o Evangelisches Stift, collegio destinado a formar, segundo estava informado, as futuras mães de família, dentro de um rigoroso espírito de raça. Os informes, devo acrescentar, não eram exaggerados, pois a directora do Collegio está, presentemente, em Berlim, possivelmente recebendo instrucções, e, a sub-directora não fala o portuguez. Depois de um desesperado esforço, no qual foram mobilizados os últimos vocabulos allemães que eu trazia do curso secundario, retirei-me sem nada conhecer do estabelecimento. Foi uma palestra que teria honrado um instituto de surdos-mudos (Correio do Povo, Porto Alegre, Ano XLIV, 06/05/1938, n° 105, p. 14).

Diante das repercussões negativas advindas da visita do secretário de Educação e da opinião sobre o que viu na instituição, uma medida adotada é fazer um convite ao prefeito de Novo Hamburgo, Odon Cavalcanti, para que visite a escola. Esse convite, por parte das lideranças evangélico-luteranas, não deixa de ser algo peculiar. Alguns anos antes, quando ocorria o processo de emancipação de Novo Hamburgo, membros desse mesmo grupo fizeram oposição ao nome de Cavalcanti para assumir a prefeitura do novo município. Borges de Medeiros, presidente do estado no período (1923-1928), cogitou nomear Odon Cavalcanti intendente municipal, diante dos embates políticos que se travavam, pelo fato de Cavalcanti ser um político não envolvido nas disputas entre os dois grupos. Agora, os evangélico-luteranos iriam precisar do apoio de Odon Cavalcanti para tentar manter a escola em atividade.

A visita ocorre no dia 9 de maio do mesmo ano. Além de Cavalcanti, assessores e um representante do núcleo hamburguense da Liga de Defesa Nacional, visitam as instalações do educandário. Contudo, o roteiro da visita não sai conforme o esperado pelas lideranças da escola. Uma das professoras da casa, Hertha Klevenhusen, que iniciou em março de 1938 sua atividade docente na escola, lecionando Língua Francesa, se encontra, durante uma das aulas, proferindo um discurso de apologia ao nazismo. A professora Klevenhusen argumenta que sua missão, como alemã, é formar cidadãos alemães, conscientes e dispostos a lutar pela Alemanha. As autoridades presentes, inclusive o prefeito de Novo Hamburgo, presenciam o acontecido.

O discurso e as atitudes da professora vão ao encontro das denúncias que Coelho de Souza publicara nos jornais. Contudo, o prefeito Odon Cavalcanti abona o acontecido, prometendo manter contato com o secretário de Educação, visando desfazer a má impressão que este teve sobre a Fundação Evangélica. De fato, Cavalcanti se reuniu com Coelho de Souza, onde conseguiu evitar o fechamento da instituição. A atitude mediadora de Odon

Cavalcanti não deve ser entendida apenas como um gesto de cordialidade. Ela tem fortes razões estratégicas. Mesmo sendo nomeado diretamente pelo governo estadual e sendo amigo de Getúlio Vargas, é consciente da força política e econômica do grupo evangélico-luterano, sendo assim, conhecedor de que este grupo poderia lhe imputar problemas na administração municipal e no cumprimento das ações estadonovistas. Assim, visando manter uma relação estável com os líderes evangélico-luteranos, grupo que contava com muitos empresários e comerciantes, Cavalcanti encontrou no episódio da Fundação Evangélica uma oportunidade de estreitar laços.

Em 1939, é a vez de o grupo católico sentir os reflexos das acusações promovidas por Coelho de Souza após uma nova visita à Novo Hamburgo. Em julho deste ano, o secretário de Educação é convidado para uma festividade alusiva ao Dia do Colono na Escola Normal Católica, responsável pela formação de professores. O convite parte de Leopoldo Petry, presidente da Sociedade União Popular (mantenedora do educandário). Era diretor da Escola normal o padre jesuíta Miguel Meier, S.J. Durante a cerimônia, um dos alunos teria proferido um discurso, que teria sido recebido por Coelho de Souza como demonstração de uma atitude contrária ao processo de nacionalização que vinha sendo implantado. Poucos dias depois, seria o momento do secretário de Educação proferir palavras de indignação ao ocorrido na Escola Normal, através dos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*. Localmente, o próprio prefeito de Novo Hamburgo, Odon Cavalcanti, acaba precisando demonstrar que a população hamburguense está apoiando a nacionalização e que ele, como chefe municipal, se empenha por isso. Assim, o prefeito manda publicar, em edição do jornal *O 5 de Abril*, datado de 4 de agosto de 1939, na primeira página, o discurso que proferiu durante a cerimônia da Escola Normal. Nesse discurso, Cavalcante afirma que:

as leis de nacionalização do ensino com que o culto espírito do exmo. Secretário de Educação, com acentrado civismo, dotou o Rio Grande do Sul, estão sendo aceitas de bom grado, como um imperativo de absoluta necessidade patriótica, pelo menos por parte da população de Novo Hamburgo. E com moderação e, sobretudo, com benévola vigilância, só os casos raros haverá a reprimir, e dentro de pouco tempo, estarão diluídas as aparências de minoria étnicas nas zonas povoadas por descendência de estrangeiros (*O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, Ano XIII, nº 14, 04/08/1939, p. 01).

As consequências da visita de Coelho de Souza foram enérgicas. A Escola Normal Católica foi fechada. Um clima de instabilidade política e social se constitui em Novo Hamburgo (e se espalha pela região). O desdobramento dessa instabilidade direciona as configurações que se assentaram nos anos seguintes. E as transformações em escalas mais amplas também cooperam para isso.

O início da década de 1940 marca uma série de mudanças em nível nacional, regional e local. Nacionalmente, temos o início de um afastamento diplomático do Brasil em relação à Alemanha, Itália e Japão, fato que seria efetivado em janeiro de 1942. Mesmo assim, a prática do governo de Getúlio Vargas se aproximava dos governos que estavam à frente dos países do Eixo. Isso causava preocupação nos Estados Unidos, que viam a possibilidade do Brasil apoiar os regimes fascistas, transformando-se em um aliado dos fascismos na América.

Por outro lado, as relações diplomáticas e econômicas do Brasil com os Estados Unidos se tornam mais estreitas, inclusive com a concessão de empréstimos por parte do governo estadunidense para a construção da usina de Volta Redonda, visando à ampliação industrial brasileira. Essa relação de indefinição prossegue até 1941, quando o Brasil, pressionado pelos Estados Unidos, inicia o rompimento formal com os países do Eixo, estabelecendo um pacto concreto com os aliados, ou seja, Estados Unidos, França, Inglaterra e União Soviética. Além de romper diplomaticamente, em janeiro de 1942, o Brasil declarou guerra aos países do Eixo, efetivando o envio de forças militares para a Europa em 1944.

Por conta dessas mudanças em nível nacional, ocorrem significativas mudanças em nível estadual. Além de se tornarem mais incisivas as ações no âmbito educacional, com uma fiscalização mais rígida, se tornam mais acentuadas as ações policiais. As prisões, principalmente nas áreas de colonização alemã, se tornam mais constantes. Dentre os presos, a maioria é de membros do Sínodo Rio-grandense, embora tenham ocorrido casos envolvendo católicos. Os conflitos de caráter étnico, ideológico e religioso, envolvendo as autoridades governamentais e as lideranças religiosas e políticas locais, se tornam mais constantes e intensas. Isso se reflete, por exemplo, nas relações entre as autoridades municipais de Novo Hamburgo e as lideranças católicas e evangélico-luteranas locais. A aproximação maior do prefeito Odon Cavalcanti com os católicos e o afastamento gradual dos evangélico-luteranos é perceptível.

### **Política e religião: caminhando entre aproximações e conflitos**

Outro aspecto que devemos observar envolve a relação das autoridades eclesiásticas no estado com as autoridades políticas e com o novo regime. A postura destas lideranças vai interferir no contexto social e político de Novo Hamburgo e de outras cidades de origem imigrante. Focaremos nossa atenção em duas autoridades vinculadas com os católicos e os

evangélico-luteranos: o arcebispo de Porto Alegre Dom João Becker<sup>16</sup> e o pastor Hermann Gottlieb Dohms<sup>17</sup>, presidente do Sínodo Rio-grandense.

Desde a instauração do Estado Novo, mas, sobretudo, após os incidentes envolvendo a Escola Normal Católica de Novo Hamburgo, o arcebispo de Porto Alegre adotou uma série de medidas visando cooperar com a política de nacionalização imposta pelas autoridades federais e estaduais. Tanto que amparou a decisão de fechamento da Escola Normal, repreendendo os padres dirigentes da mesma pelo ocorrido, inclusive através da imprensa estadual. A postura de Dom João Becker em colaborar com o governo estadual, também baseado nos interesses políticos pessoais do arcebispo. Seu governo episcopal, que perdurou 34 anos, perpassou várias gestões de presidentes e governadores do Rio Grande do Sul. Neste período, governaram o estado Carlos Barbosa Gonçalves, Antônio Augusto Borges de Medeiros, Getúlio Vargas (cujos períodos de mandato foram anteriormente citados), José Antônio Flores da Cunha (1930-1937), Daltro Filho (1937-1938), Oswaldo Cordeiro de Farias (1938-1943), Ernesto Dorneles (1943-1945), Samuel Silva (1945-1946) e Cylon Rosa (1946-1947). É notadamente conhecido que o arcebispo sempre tentou se articular politicamente com os governantes, inclusive, mudando sua postura de acordo com as necessidades, ora apoiando, ora criticando, de acordo com os rumos que eram estabelecidos no governo estadual.

Todavia, isso não significa que a relação entre a Igreja Católica e governo fossem plenamente pacífica. Um exemplo disso é a relação de desconfiança que Coelho de Souza tem para com os padres jesuítas. O secretário de Educação inclusive argumenta que a origem da hostilidade de alguns católicos, tanto eclesiásticos quanto leigos, para com o governo, tinha origem no Seminário Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, dirigido por jesuítas. Dom João Becker possuía uma relação de desconfiança para com os padres da ordem,

---

<sup>16</sup> Dom João Batista Becker nasceu em Sankt Wendel, Alemanha, em 1870 e morreu em Porto Alegre em 1846. Sua família emigrou para o Brasil em 1878, instalando-se em São Vendelino, hoje município do Vale do Caí. Estudou no colégio Nossa Senhora da Conceição De São Leopoldo, pertencente aos Jesuítas, e no Seminário Diocesano de Porto Alegre. Foi ordenado sacerdote em 1896, sendo nomeado pároco da Paróquia Menino Deus de Porto Alegre. Em 1908 foi sagrado bispo e nomeado primeiro bispo da Diocese de Santa Catarina, com sede em Florianópolis. Em 1912, foi nomeado Arcebispo de Porto Alegre. Permaneceu no cargo até sua morte, em 1946, somando assim 34 anos a frente da Arquidiocese.

<sup>17</sup> Hermann Gottlieb Dohms nasceu em Sapiranga, RS, em 3 de novembro de 1887 e faleceu em São Leopoldo, em 4 de dezembro de 1956. Em 1935 foi eleito presidente do Sínodo Rio-grandense, se mantendo no cargo até sua morte. Fundou o Instituto Pré-Teológico (IPT) em São Leopoldo (1946). Com a Segunda Guerra Mundial suas atividades de pastor sofreram severas restrições. Após o final da guerra, tentou reunir as igrejas sinodais dos diferentes estados do Brasil. Destas tratativas surgiu, em 1949, a Federação Sinodal, que poucos anos depois (1968) adotaria o nome de Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, da qual foi o primeiro presidente.

embora, um de seus homens de confiança, padre Luiz Gonzaga Jaeger<sup>18</sup>, fosse jesuíta. Mas de uma forma geral, as relações entre a Igreja Católica e o governo estadual são de proximidade e cooperação. Tanto que em 1940, a secretaria de Educação do estado, por meio de Coelho de Souza, e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul, por meio de Dom João Becker, firmam um acordo de apoio mútuo, sobretudo no tocante da nacionalização do ensino.

O governo do Rio Grande do Sul também estabelece acordos e convênios com outras igrejas, como o Sínodo Evangélico Luterano do Brasil (Sínodo de Missouri) e as Igrejas Metodista, Episcopal e Adventista. No que tange a relação com o Sínodo Rio-grandense, esta vai se tornando mais conflituosa ao longo do período.

Além dos atritos em nível educacional, tendo em vista que um dos casos mais emblemáticos de conflito decorrente da nacionalização do ensino ocorre em Novo Hamburgo, na escola Fundação Evangélica, o governo estadual vê com desconfiança a atuação de lideranças evangélico-luteranas locais, acusando-os inclusive de propaganda nazista. O Sínodo Rio-grandense, por meio de seu presidente, pastor Hermann Dohms tenta argumentar contra essa impressão, mas os embates vão se tornando mais acentuados. A partir de 1941, diversos pastores membros do Sínodo são presos, encaminhadas para a Colônia Penal Agrícola General Daltro Filho, no atual município de Charqueadas. De Novo Hamburgo, dezesseis pessoas são detidas. Entre elas, o pastor Wilhelm Pommer, pároco da Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho e membro da mantenedora da Fundação Evangélica.

Quanto às lideranças católicas, uma delas também recebe acusação de ser perigoso à causa da nacionalização. Trata-se do médico Wolfram Metzler. Nascido em Porto Alegre, exercia nesse momento medicina em Novo Hamburgo. Possuía ligação familiar com a cidade, pois sua mãe, Bertha Petry Metzler, casada com o jornalista Hugo Metzler, era irmã de Leopoldo Petry. Wolfram Metzler é preso em 1942, acusado de ser adepto do integralismo, porém fica pouco tempo na prisão. Um dos motivos pode ser o fato do irmão de Wolfram, Franz Metzler, ser visto como colaborador da Polícia estadual, sendo citado inclusive por Aurélio da Silva Py em sua obra *A 5ª coluna no Brasil: A conspiração nazi no Rio Grande do Sul*, como colaborador da causa patriótica. Antes do golpe que estabeleceu o Estado Novo em 1937, Wolfram Metzler era uma das lideranças católicas locais atuantes no integralismo. Tanto

---

<sup>18</sup> O Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, S.J., era o responsável pela catequese e também por auxiliar na fiscalização dos educandários católicos, para verificar se as medidas nacionalizadoras estavam sendo aplicadas. Nascido em Bom Jesus, atual município de Ivoti, na época pertencente ao município de São Leopoldo (3º distrito). Era primo do empresário Adolfo Jaeger, de Novo Hamburgo. Era comum que o Pe. Jaeger viesse a Novo Hamburgo para visitas as escolas católicas do município e manter diálogos com as lideranças católicas locais.

que em propriedade de sua família no distrito (atual município) de Campo Bom (em bairro hoje denominado Metzler), funcionou um campo de treinamento da juventude integralista.

Retomando a questão envolvendo os evangélico-luteranos, a postura de Hermann Dohms é de tentar agir contra estas medidas punitivas adotadas pelas autoridades estaduais, buscando comprovas a inocência dos pastores sinodais das acusações de propaganda nazista. Por sua vez, a agudização das medidas coercitivas e da violência contra imigrantes alemães e descendentes, sobretudo os vinculados ao Sínodo Rio-grandense, exigem que novas posturas sejam adotadas por este grupo. Em Novo Hamburgo, a condução destas novas ações políticas será efetivada principalmente pelo empresário Guilherme Becker.

Guilherme Becker, ao longo da década de 1940 se tornaria a mais importante liderança evangélico-luterana local. Nascido em Hamburgo Velho, em 24 de abril de 1897, formou-se em Engenharia Eletro-Mecânica na Escola de Engenharia de Porto Alegre. Entre 1920 e 1929, ocupou o cargo de engenheiro na Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Em 1927 se casa com Wilma Ludwig, filha do empresário do setor de curtumes Guilherme Ludwig, na época, vice-intendente de Novo Hamburgo. Ingressa no Partido Libertador no mesmo ano da fundação do mesmo, em 1928. No ano de 1929, assume o cargo de diretor do Curtume Ludwig S.A. Também assume funções importantes na diretoria da Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo, sendo inclusive seu presidente. Além disso, foi um dos fundadores do Rotary Club de Novo Hamburgo, exerceu a presidência da Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo, assim como foi vice-presidente do núcleo hamburguense da Liga de Defesa Nacional no início da década de 1940, enquanto a presidência era ocupada por Oscar Frederico Adams.

O trânsito de Guilherme Becker em diferentes meios sociais e políticos e sua inserção, sobretudo, no núcleo local da Liga de Defesa Nacional, estabelecem uma nova relação do grupo evangélico-luterano com as autoridades municipais. Neste sentido, uma mudança na administração de Novo Hamburgo favorece esta nova perspectiva política. Em setembro de 1942, Odon Cavalcanti pede renúncia do cargo de prefeito. Para seu lugar, é nomeado o então prefeito de Farroupilha, na região serrana do estado, Nelson Toohey Schneider.

Uma marca pessoal do novo prefeito hamburguense seria sua relação intensa com a Igreja Católica. Ganhou destaque na imprensa local a entronização de uma imagem de Cristo crucificado no gabinete do prefeito, cuja solenidade ocorreu em 14 de janeiro de 1943, após ocorrer uma benção por parte de um padre nos diferentes setores do prédio da prefeitura. Nelson Schneider disse agir dessa forma, tendo em vista sua íntima convicção religiosa católica. Antes dele, não havia a presença de objetos devocionais no gabinete. Todavia, assim

como seu antecessor, este sabia do poder econômico do grupo evangélico-luterano e que precisaria desse apoio para garantir governabilidade.

Em seu governo, Nelson Schneider fomentou a mobilização da comunidade hamburguesa no apoio à guerra contra as chamadas forças do Eixo. Campanhas de diferentes tipos serão promovidas, com apoio e empenho da administração municipal, visando atender as demandas que surgem relacionadas com o conflito. A campanha mais famosa é a Campanha da Borracha, cujo material arrecadado é destinado a ajudar a produção bélica dos Estados Unidos, com quem o Brasil firmou acordos de cooperação.

O exemplo desta campanha ajuda a compreender a postura dos dois grupos a partir deste período. Com a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo e a partida de tropas brasileiras para os campos de batalha na Europa, em 1943, duas alternativas se apresentaram: ou se adota uma postura patriota ou se é considerado traidor. Todas as posturas tomadas pelos imigrantes e descendentes começam a ser analisadas mais enfaticamente por este crivo. O grupo católico, já há algum tempo atendendo estas exigências, busca fortalecer seus laços com as autoridades, tanto em nível estadual como municipal. Os evangélico-luteranos, por seu turno, precisavam demonstrar mais clara e decisivamente de que lado estavam. E coube a Guilherme Becker articular e mobilizar as ações que encaminhassem os rumos políticos de evangélico-luteranos de Novo Hamburgo.

Entre as ações tomadas por Guilherme Becker, podemos destacar a mobilização empreendida pelo mesmo para que os empresários (sobretudo evangélico-luteranos) das indústrias coureiro-calçadistas de Novo Hamburgo e regiões próximas doassem a maior quantidade possível de borracha para a campanha promovida, em âmbito local, pela prefeitura. Vista positivamente pelas autoridades locais, repercutiu também em nível estadual. Além disso, Guilherme Becker fez uso dos contatos e das relações que possuía com empresários e autoridades, tanto no estado como no centro do país. Um exemplo disso foi a iniciativa de atuar como mediador junto ao secretário de Educação Coelho de Souza nas questões que envolviam a nacionalização do ensino na região. Coelho de Souza e Guilherme Becker eram correligionários, pois ambos militaram e exerceram cargos no Partido Libertador antes da extinção deste pelo Estado Novo e de Coelho de Souza ter ingressado no PRL. Essa mediação no âmbito educacional garantiu resultados satisfatórios, principalmente no que envolve a escola Fundação Evangélica.

A escola Fundação Evangélica fora, desde o início do Estado Novo, alvo das críticas e da vigilância por parte das autoridades. As tentativas de fechamento ou estatização da mesma se deram em vários momentos. Isto não ocorreu apenas por conta das articulações

empreendidas, que envolviam inclusive o grande empresariado evangélico-luterano do estado. Exemplo disso é o fato de, em 1942, o empresário Antônio Jacob Renner (conhecido como A. J. Renner) fazer parte da sociedade mantenedora da instituição. A. J. Renner foi, entre as décadas de 1930 e 1960, o mais importante e influente empresário do Rio Grande do Sul. Esse perfil auxiliou muitas vezes para evitar problemas mais graves ao educandário. Porém, chegava o momento em que se tornaram necessárias outras ações além destas, visando garantir a sobrevivência da escola.

Em 1942, após uma série de atritos com o governo estadual, é nomeado pelo pastor Hermann Dohms um novo diretor para a Fundação Evangélica. A escolha recai sobre Guilherme Frederico Rotermund, advogado, professor e juiz municipal de São Leopoldo, nomeado inclusive pelo interventor Cordeiro de Farias. Este assume a escola em janeiro de 1943. Na concepção de pastor Dohms, Guilherme Rotermund possuía um trânsito favorável dentro da sociedade, além de ter uma relação equilibrada com o governo estadual, o que poderia render bons frutos para a escola e para o próprio Sínodo Rio-grandense. A missão do novo diretor da escola é, essencialmente, evitar que a mesma seja fechada ou estatizada. Para isso, precisa desvincular a imagem que as autoridades têm da Fundação Evangélica com uma instituição de doutrinação nazista, que se opõe ao processo de nacionalização e de construção de uma identidade nacional brasileira. Além dessa questão, existem ainda dificuldades financeiras que precisam ser contornadas

Nesse mesmo período, Guilherme Becker assume a vice-presidência da mantenedora da escola. Cientes das necessidades urgentes, Guilherme Rotermund e Guilherme Becker elaboram um plano de ação que pudesse corresponder de forma eficaz às demandas do momento. A primeira conquista é o fato de Guilherme Becker estabelecer um acordo com o secretário Coelho de Souza. Este acordo entre Coelho de Souza e Guilherme Becker estabelece que a instituição se ajustasse o mais rápido possível aos padrões da nacionalização. Em decorrência Guilherme Rotermund deve, urgentemente, elaborar um plano para cumprir com essas exigências.

Diante desse contexto, as medidas adotadas pelo diretor da Fundação Evangélica visam externar às autoridades governamentais uma mudança de postura da instituição, que passa a adotar uma linha patriótica. Para isso, estabelece dois momentos cívicos, ainda em 1943, para a demonstração pública dessa concepção: a confecção da bandeira nacional e a Parada da Juventude, que ocorre durante as festividades da Semana da Pátria.

Em 3 de agosto de 1943, em cerimônia realizada no salão nobre da Fundação Evangélica, reunindo alunas e professores, com a presença da fiscal de ensino Irene Ribeiro,



Guilherme Rotermund dá início à confecção da bandeira nacional. Após o Hino Nacional, Guilherme Rotermund convida a fiscal Irene Ribeiro e a vice-diretora da Fundação Evangélica, Yolanda Lütke, para darem os primeiros pontos na confecção do pavilhão pátrio. O primeiro ponto foi dado pelo diretor, seguido da fiscal de ensino e da vice-diretora. Os trabalhos de confecção da bandeira nacional se estenderam até 4 de setembro de 1943, quando fora concluído. No decorrer desse período, a cada dia, um grupo de alunas e professoras trabalhava na confecção. Além disso, foram realizados cultos cívicos, enaltecendo a nação brasileira e seus governantes. Após o término dos trabalhos, ficou decidido que uma solenidade para apresentação da nova bandeira nacional da escola Fundação Evangélica seria marcada para 19 de novembro de 1943, Dia da Bandeira Nacional, convidando o secretário de Educação Coelho de Souza para ser o paraninfo da solenidade.

Por esta mesma época, Guilherme Becker ocupava a presidência interina da Liga de Defesa Nacional em Novo Hamburgo, além de ser consultor técnico da Comissão Passiva de Defesa Anti-Aérea, cargo que ocupava desde o governo Odon Cavalcanti. Juntamente com Guilherme Rotermund, encaminham o convite ao secretário de Educação, que aceita.

Antes, porém, da solenidade do Dia da Bandeira, ocorre a Parada da Juventude de 1943, no dia 2 de setembro. No decorrer dos anos anteriores, a participação da Fundação Evangélica nas comemorações da semana da Pátria era incipiente, o que resultou em críticas por parte das autoridades governamentais, que viam a relutância da escola e suas lideranças, como um sinal de contrariedade ao processo nacionalizador do período. Ciente desse histórico, Guilherme Rotermund, com o apoio da Liga de Defesa Nacional, naquele momento presidida por Guilherme Becker, e da fiscal de ensino, Irene Ribeiro, decide elaborar uma participação mais destacada da escola na Parada da Juventude. Para tanto, manda confeccionar uniformes que exaltem as Forças Armadas do Brasil. No dia do desfile, que acontecia nas ruas centrais de Novo Hamburgo, as alunas desfilaram em três grupos, homenageando a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, além de cartazes e bandeiras enaltecendo o Brasil, seus governantes e a coragem de seus soldados. A repercussão é grande, sendo levada a conhecimento inclusive das autoridades estaduais, como o secretário Coelho de Souza e no novo interventor federal no Rio Grande do Sul, Ernesto Dorneles, primo do presidente Getúlio Vargas, que substituiu o agora general Osvaldo Cordeiro de Farias, em setembro de 1943. Cordeiro de Farias deixou a interventoria federal do Rio Grande do Sul para integrar a Força Expedicionária Brasileira (FEB), inclusive atuando junto às tropas brasileiras na Itália. Ao retornar ao Brasil, em 1945, apoiou o golpe dado pelos militares que ocasionou a deposição de Getúlio Vargas do poder, em outubro do mesmo ano.

Entretanto, é em 19 de novembro de 1943, que a estratégia adotada por Guilherme Rotermund e Guilherme Becker surte um efeito de maiores proporções. Na solenidade do Dia da Bandeira, a Fundação Evangélica recebe a visita do secretário de Educação Coelho de Souza, do prefeito municipal de Novo Hamburgo, Nelson Toohey Schneider, além de outras autoridades estaduais e municipais. Além de paraninfar a bandeira nacional confeccionada pelos corpos docente e discente da escola, Coelho de Souza, juntamente com o prefeito Nelson Schneider, dão posse à primeira diretoria do Grêmio Cívico Castro Alves. A presidente escolhida do Grêmio Cívico, a aluna Lia Kunz, proferiu um discurso em tom patriótico, apontando as finalidades cívicas do Grêmio que era implantado na escola a partir daquela solenidade cívica. Por fim, Coelho de Souza discursa, elogiando o empenho do diretor Guilherme Rotermund e de Guilherme Becker para darem uma personalidade brasileira ao educandário.

Nos anos posteriores, as atividades cívicas seriam cotidianas na escola. Pelo menos até o fim do período do Estado Novo. Conforme Hilmar Kannenberg,

na medida em que declina o poder do governo getulista, também diminuem as manifestações cívicas e patrióticas e a Fundação se volta a suas atividades internas e externas dentro de um equilíbrio de brasilidade composta por heranças germânicas e de atividades educacionais (KANNENBERG, 1987, p. 149).

A afirmativa de Kannenberg acentua que Guilherme Rotermund e Guilherme Becker adotaram, visando beneficiar a escola, um programa de linha patriótica, mas também tinham consciência que o cenário político brasileiro poderia mudar, diante da oposição que se iniciava contra o regime de Getúlio Vargas. A contradição do governo brasileiro em apoiar regimes democráticos, sendo uma ditadura inspirada no autoritarismo, fez com que as ideias de redemocratização retornassem a pauta. Com o retorno, em 1945, das forças militares brasileiras que lutaram na Europa, essa perspectiva cresce no meio militar, culminando com a deposição de Vargas em 29 de outubro de 1945.

Após 1945, as relações entre católicos e evangélico-luteranos tiveram modificações, com uma aproximação entre os dois grupos. Não abordaremos aqui esse novo panorama, mas cabe ressaltar que a base para isso foi estruturada a partir de posturas adotadas, sobretudo após 1942. Foi chamada uma atenção maior para o caso dos evangélico-luteranos por conta de uma mudança mais incisiva de postura. A percepção de algumas lideranças, sobretudo de Guilherme Becker, possibilitou uma nova perspectiva de atuação política.

## Considerações finais

Ao analisarmos as estratégias adotadas por esses grupos, podemos perceber que elas se baseiam em uma relação alicerçada desde muito tempo. Embora não tenha sido possível aqui aprofundar mais essa questão, o que por sua vez permite um desdobramento da análise desta pesquisa, elas remontam desde o final do século XIX, se estreitando no início do século XX. Tanto católicos quanto evangélico-luteranos teriam fortes vínculos com a política local e regional.

Podemos dizer que o período do Estado Novo foi um grande teste para os grupos católico e evangélico-luterano. Diante das possíveis consequências da política de nacionalização empreendida, era preciso consolidar os vínculos internos desses grupos e adotar estratégias de inserção e articulação com nomes influentes. Para os católicos, até mesmo por conta do poder e da influência ainda presente da Igreja Católica, que se aproximara bastante do governo de Getúlio Vargas, essas estratégias tinham um caráter de consolidação, embora com alguns problemas, obviamente. Para as lideranças evangélico-luteranas, diante de um cenário de animosidades entre o governo estadual e suas principais lideranças eclesiásticas estaduais e locais, se fez necessário a adoção de estratégias novas.

As pesquisas recentes acerca dessa temática têm contribuído significativamente para uma nova percepção sobre a história da imigração. Na verdade, a história da imigração tem servido como base para novas perspectivas. Campos como os estudos das relações interétnicas, das relações e construções sociais, de aspectos ambientais, entre tantos outros, tem buscado na imigração fontes para análises profícuas. O trabalho aqui apresentado pode ser considerado dentro de uma perspectiva de *nova* história política da imigração. O termo *nova* pode ser empregado, se considerarmos que não nos atemos aos métodos circunscritos apenas aos grandes agentes políticos, aos meandros burocráticos simplistas, aos feitos apenas de caráter governamental. Através de uma construção crítica da questão estabelecida como objeto, cremos que múltiplas contribuições podem ser dadas, sobretudo como exemplificação de que os estudos podem e devem ser continuados, comparados, contrapostos. Não se trata de um tema esgotado ou sem profundidade. A história política permite lançar novas luzes sobre temas considerados, inclusive por pares do meio acadêmico, como findados. Porém, cremos que o enlace entre história da imigração e história política pode render benéficos frutos.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRAUN, Felipe Kuhn. *Novo Hamburgo: da fundação à emancipação política (1824 – 1927)*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

GERTZ, René E. *O Fascismo no Sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

\_\_\_\_\_. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

\_\_\_\_\_. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

HUNSCHE, Carlos H. *História da imigração alemã no Brasil*. São Paulo: Editora Cultura Brasileira, 1978.

KANNENBERG, Hilmar. *Fundação Evangélica, um século a serviço da educação, 1886-1986*. São Leopoldo: Rotermond, 1987.

MÜLLER, Telmo Lauro (org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 1994.

NEUMANN, Rosane Marcia. “*Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor*”. As colônias germânicas e a campanha de Nacionalização. São Leopoldo, 2003. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, UNISINOS, 2003.

O 5 DE ABRIL, Novo Hamburgo, Ano XIII, nº 14, 04/08/1939, p. 01.

PETRY, Andrea Helena. *É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, uno, coeso e forte, é o Brasil do Brasileiro: Campanha de Nacionalização efetivada no Estado Novo*. São Leopoldo, 2003. Dissertação [Mestrado]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em História, 2003.

\_\_\_\_\_; NEUMANN, Rosane Marcia. Imigrantes alemães e seus descendentes no contexto da campanha de nacionalização. In: ARENDT, Isabel Cristina; e WITT, Marcos Antônio (orgs.). *História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã*. São Leopoldo: Oikos, 2005, p. 32-54.

PETRY, Leopoldo. *O município de Novo Hamburgo*. Monografia. Porto Alegre: A Nação, 1944.

PY, Aurélio da Silva. *A 5 coluna no Brasil: A conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. 1. ed. Porto Alegre: Globo, 1942.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.

SANTOS, Rodrigo Luis dos Santos. *As escolas confessionais como instrumento de ação política de grupos de alemães e descendentes no contexto do Estado Novo (o caso das escolas Santa Catarina e Fundação Evangélica de Novo Hamburgo – RS)*. São Leopoldo, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso [Graduação em História]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2013.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

**Recebido em:** 18/12/2016

**Aprovado em:** 30/05/2017